

Grupo Omni

**Demonstrações Financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial	8
Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

Sobre a Omni

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 30 de junho de 2020 a Omni - “Conglomerado Prudencial” possui ativos totais de R\$ 4,19 bilhões, sendo R\$ 2,56 bilhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos e receitas de intermediação financeira de R\$ 730,5 milhões.

O patrimônio líquido fechou em R\$ 436,6 milhões (R\$ 346,1 milhões em 2019), considerando o pagamento de R\$ 2,9 milhões (R\$ 6 milhões em 2019) de dividendos distribuídos e R\$ 5,8 milhões (R\$ 0 milhões em 2019) de juros sobre capital próprio pago no decorrer do semestre.

O patrimônio de referência fechou em R\$ 514,4 milhões (R\$ 412,7 em 2019).

O lucro líquido do semestre é R\$ 99,1 milhões (R\$ 37,3 milhões em 2019).

São Paulo, 29 de setembro de 2020.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores da

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição líder do Conglomerado Prudencial)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do semestre findo em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação a Instituição e suas entidades controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de setembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com as Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2020	2019	Passivo	Nota Explicativa	2020	2019
Caixa e equivalentes a caixa	4	637.803	377.283	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	12	3.267.886	3.061.885
Instrumentos financeiros		3.389.963	3.295.581	Instituições financeiras		20.873	1.809
Títulos e valores mobiliários	5.a	241.452	152.236	Depósitos		2.371.863	2.317.401
Relações Interfinanceiras		15.033	6.345	Relações Interfinanceiras		431	-
Operações de créditos	7	3.133.478	3.137.000	Letras financeiras		436.661	425.061
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d	(568.552)	(482.303)	Letras financeiras - Linhas Temporárias Especiais de Liquidez		115.226	-
Operações de arrendamento mercantil		25.549	31.313	Dívidas subordinadas		210.939	205.439
Operação de arrendamento - setor privado	8	29.243	33.396	Outros passivos instrumentos financeiros		111.893	112.175
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.e	(3.694)	(2.083)	Provisões	14	72.093	71.420
Créditos tributários	15	378.090	264.868	Contingências		72.093	71.420
Outros Ativos	9	273.839	291.354	Outros passivos		409.169	344.247
Investimentos em participações em Controladas e Coligadas	10	12.769	7.793	Contas a pagar - Operações de Cartões	13.b	325.856	274.402
Imobilizado de uso		10.979	10.225	Fiscais e Previdenciários	13.a	27.402	16.549
(-) Depreciações		(6.365)	(5.888)	Outros passivos	13.b	55.911	53.296
Intangível	11	89.243	87.338	Obrigações fiscais diferidas	15.e	4.617	4.075
(-) Amortizações		(49.147)	(46.725)	Resultados de Exercícios Futuros		3.729	3.095
Total do ativo		4.194.171	3.830.839	Patrimônio líquido		436.677	346.117
				Capital social	17	300.000	164.088
				Reservas de lucros		136.348	181.901
				Outros resultados abrangentes		(171)	(108)
				Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores		436.177	345.881
				Participação de não controladores		500	236
				Total do passivo		4.194.171	3.830.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores								
Nota	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	164.088	12.251	107.383	(207)	-	283.515	2.757	286.272
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	(252)	-	(252)	-	(252)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	37.327	37.327	-	37.327
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	1.866	-	-	(1.866)	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	35.461	-	(35.461)	-	-	-
Remuneração do capital próprio	15	-	(6.000)	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Participação de Não controladores	-	-	-	-	-	-	528	528
Saldos em 30 de junho de 2019	164.088	14.117	136.844	(459)	-	314.590	3.285	317.875
Mutações no período	-	1.866	29.461	(252)	-	31.075	-	31.075
Saldos em 31 de dezembro de 2019	164.088	16.816	165.085	(108)	-	345.881	236	346.117
Aumento do Capital Social com Reservas	135.912	-	(135.912)	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(63)	-	(63)	-	(63)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	99.115	99.115	-	99.115
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	4.956	-	-	(4.956)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	94.159	-	(94.159)	-	-	-
Remuneração do capital próprio	15.c	-	(8.756)	-	-	(8.756)	-	(8.756)
Participação de Não controladores	-	-	-	-	-	-	264	264
Saldos em 30 de junho de 2020	300.000	21.772	114.576	(171)	-	436.177	500	436.677
Mutações do período	135.912	4.956	(50.509)	(63)	-	90.296	264	90.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
Receitas da intermediação financeira		730.454	761.519
Operações de crédito	7.f	713.082	757.370
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.f	3.240	3.682
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.c	11.503	13.502
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.629	(13.035)
Despesas da intermediação financeira		(298.492)	(323.104)
Operações de captação no mercado	12.b	(89.975)	(104.887)
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.060)	(1.456)
Desconto Concedido		(205.457)	(216.761)
Resultado bruto da intermediação financeira		431.962	438.415
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(196.209)	(172.656)
Outras receitas operacionais		121.717	99.651
Receitas de prestação de serviços	18.a	84.475	65.643
Resultado de participações em controladas	10	11.936	8.583
Outras receitas operacionais	18.b	25.306	25.425
Outras despesas operacionais		(367.673)	(345.972)
Despesas de pessoal	19.a	(36.219)	(20.946)
Despesas com Serviços de terceiros	19.b	(142.448)	(147.784)
Outras despesas administrativas	19.c	(101.336)	(97.087)
Despesas tributárias	19.d	(30.841)	(26.154)
Outras despesas operacionais	19.e	(56.829)	(54.001)
Despesas de provisões		(779)	(1.532)
Provisões para Contingências		(673)	(1.504)
Outras Provisões		(106)	(28)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		(10.982)	17.906
Imposto de renda e contribuição social		110.361	19.949
Provisão para imposto de renda		(1.326)	-
Provisão para contribuição social		(951)	-
Ativo fiscal diferido		112.638	19.949
Participação de Não controladores		(264)	(528)
Lucro líquido do semestre		99.115	37.327
Resultado atribuído para:			
Controlador		99.115	37.327
Não controlador		264	528
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido	99.115	37.327
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	196.209	172.657
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	6.677	(6.579)
Depreciação	4.620	1.705
Amortização	2.382	-
Amortização de Carteiras Adquiridas	30.884	32.515
Provisão/(reversão) de passivos contingentes	673	333
Variações monetárias	-	1.147
Perdas em outros valores e bens	68	(44)
Resultado de participação em controladas	(11.671)	(8.055)
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.277	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(112.638)	(19.949)
Lucro líquido ajustado	218.596	211.056
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(220.372)	(520.449)
Títulos e valores mobiliários	(89.277)	(59.283)
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.493
Relações interfinanceiras	(8.688)	(5.622)
Operações de crédito	(115.567)	(368.662)
Operações de arrendamento	7.340	(6.631)
Outros ativos	(14.180)	(86.744)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	269.822	456.973
Depósitos	158.861	303.869
Obrigações por operações compromissadas	(2.599)	657
Recursos de aceites cambiais	44.090	104.603
Recebimento e pagamentos a liquidar	431	500
Obrigações por empréstimos e repasses	(282)	7.249
Outros Passivos	68.687	40.718
Resultado de exercícios futuros	634	(623)
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	268.046	147.580
Atividades de investimento		
Aumento das participações em coligadas e controladas	(238)	11.911
Recebimento de dividendos	7.199	-
Aquisição de ativo imobilizado	(3.865)	(1.152)
Aquisição de intangível	(1.865)	(37.832)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades de investimento	1.231	(27.073)
Dividendos pagos	(2.949)	(6.000)
Participação de não controladores no patrimônio	-	716
Juros sobre capital próprio pagos	(5.808)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(8.757)	(5.284)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	260.520	115.223
No início do semestre	377.283	217.097
No fim do semestre	637.803	332.320
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	260.520	115.223

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, o Conglomerado Prudencial abrange as Demonstrações Financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram eliminados saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foi destacada a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/13, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, discriminadas a seguir:

- (i) Instituições financeiras;

- (ii) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Administradoras de consórcios;
- (iv) Instituições de pagamento;
- (v) Sociedades das quais realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (vi) Outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V.

Assim, as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem as seguintes entidades:

		2020			
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			6.175.500	687.898	192.657
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	3.146.673	436.178	99.117
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	37.789	13.631	-904
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	2.991.038	238.089	94.444
Securitizadora			9.712	8.411	-3.934
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	841	492	412
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	8.871	7.919	-4.346
Outras			137.182	32.246	-1.860
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda ⁽¹⁾	Instituição de Pagamento	92,00%	137.182	32.246	-1.860
Total Conglomerado Prudencial			6.322.394	728.555	186.863
Saldo de Eliminações			(2.128.223)	(291.878)	(87.748)
Saldo Consolidado			4.194.171	436.677	99.115
		2019			
Empresas	Atividade	%	Ativo Total	Patrimônio	Lucro
Instituições Financeiras			5.836.146	504.061	41.993
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	3.218.112	345.881	30.774
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	38.978	14.534	785
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	2.579.056	143.646	10.434
Securitizadora			12.888	12.389	941
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	433	80	528
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	12.455	12.309	413
Outras			78.116	34.106	-1.705
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda ⁽¹⁾	Instituição de Pagamento	92,00%	78.116	34.106	-1.705
Total Conglomerado Prudencial			5.927.150	550.556	41.229
Saldo de Eliminações			(2.096.311)	(204.439)	(3.902)
Saldo Consolidado			3.830.839	346.117	37.327

⁽¹⁾ O Omni Banco S.A adquiriu 92% das quotas da PagBem em abril de 2019.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme art 5º da Circular Bacen nº 3.959/2019, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;

A Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada em virtude de o Conglomerado Prudencial ser um consolidado para fins específicos.

Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

Classificação Anterior	Anterior	Atual	Nova classificação por grupo
Disponibilidades	6.178	6.178	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	371.105	371.105	Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	152.236	152.236	Instrumentos financeiros
Relações Interfinanceiras	6.345	6.345	Instrumentos financeiros
Operações de créditos	3.137.000	3.137.000	Instrumentos financeiros
Operação de arrendamento mercantil	166	166	Operações de arrendamento mercantil
Imobilizado de arrendamento mercantil	66.056	66.056	Operações de arrendamento mercantil
Credores por antecipação de valor residual	(32.826)	(32.826)	Operações de arrendamento mercantil
Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.083)	(2.083)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Operações de créditos	(482.303)	(482.303)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Outros valores e bens	-	-	Outros Ativos
Diversos	291.354	291.354	Outros Ativos
Diversos	264.868	264.868	Créditos Tributários
Investimentos	7.793	7.793	Investimentos em participações em controladas e coligadas
Outras imobilizações de uso	10.225	10.225	Imobilizado de uso
Ativos Intangíveis	87.338	87.338	Intangível
(-) Depreciações acumuladas	(5.888)	(5.888)	Depreciações e amortizações
(-) Amortizações acumuladas	(46.725)	(46.725)	Depreciações e amortizações
Total Ativo	3.830.839	3.830.839	
Depósitos Interfinanceiros	1.809	1.809	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Depósitos	2.122.573	2.122.573	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Recursos de aceites e emissão de títulos	194.828	194.828	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Letras Financeiras	425.061	425.061	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Obrigações por empréstimos e repasses	112.175	112.175	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	205.439	205.439	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	344.247	344.247	Outros passivos
Outras obrigações	71.420	71.420	Provisões
Outras obrigações	4.075	4.075	Obrigações fiscais diferidas
Resultado de exercícios futuros	3.095	3.095	Resultado de exercícios futuros
Capital social	164.088	164.088	Capital social
Reserva de lucros	181.901	181.901	Reservas
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(108)	(108)	Outros resultados abrangentes
Participação de não controladores	236	236	Participação de não controladores
Total Passivo	3.830.839	3.830.839	

Omni S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Instituição líder do Conglomerado Prudencial
Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2020

Classificação anterior	Anterior	Atual	Nova Classificação por grupo
Receitas da intermediação financeira	761.519	761.519	Receitas da intermediação financeira
Operações de crédito	757.370	757.370	Operações de crédito
Resultado de operações de arrendamento mercantil	3.682	3.682	Resultado de operações de arrendamento mercantil
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.502	13.502	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(13.035)	(13.035)	Resultado com instrumentos financeiros derivativos
Despesas da intermediação financeira	(323.104)	(323.104)	Despesas da intermediação financeira
Operações de captação no mercado	(104.887)	(104.887)	Operações de captação no mercado
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.456)	(1.456)	Operações de Empréstimos e Repasses
Outras despesas operacionais	(216.761)	(216.761)	Desconto concedido
Resultado bruto da intermediação financeira	438.415	438.415	Resultado bruto da intermediação financeira
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(172.656)	(172.656)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Outras receitas /(despesas) operacionais	99.651	99.651	Outras Receitas Operacionais
Receitas de prestação de serviços	65.643	65.643	Receitas de prestação de serviços
Resultado de participações em controladas	8.583	8.583	Resultado de participações em controladas
Outras receitas operacionais	25.425	25.425	Outras receitas operacionais
Outras receitas /(despesas) operacionais	(345.972)	(345.972)	Outras Despesas Operacionais
Despesas de pessoal	(20.946)	(20.946)	Despesas de pessoal
Outras despesas administrativas	(147.784)	(147.784)	Despesas com Serviços de terceiros
Outras despesas administrativas	(97.087)	(97.087)	Outras despesas administrativas
Despesas tributárias	(26.154)	(26.154)	Despesas tributárias
Outras despesas operacionais	(54.001)	(54.001)	Outras despesas operacionais
Outras receitas /(despesas) operacionais	(1.532)	(1.532)	Despesas de provisões
Provisões para Contingências	(1.504)	(1.504)	Provisões para Contingências
Outras Provisões	(28)	(28)	Outras Provisões
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	17.906	17.906	Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação de minoritários
Imposto de renda e contribuição social	19.949	19.949	Imposto de renda e contribuição social
Provisão para imposto de renda	-	-	Provisão para imposto de renda
Provisão para contribuição social	-	-	Provisão para contribuição social
Ativo fiscal diferido	19.949	19.949	Ativo fiscal diferido
Participação de Não controladores	(528)	(528)	Participação de Não controladores
Lucro Líquido do semestre	37.327	37.327	Lucro Líquido do semestre
Resultado atribuído para:			Resultado atribuído para:
Controlador	37.327	37.327	Controlador
Não controlador	528	528	Não controlador
Lucro Líquido por ação em R\$			Lucro Líquido por lote de mil ações - R\$

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas em 29 de Setembro de 2020.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

d) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

e) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos

apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “hedge”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “hedge”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data do balanço.

A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período.

i) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira da companhia em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

j) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelos seguintes saldos:

- I - valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato; e
- II - provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato na data da contratação, incluindo o valor residual garantido.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (i) Não cancelamento;
- (ii) Opção de compra; e
- (iii) Atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG): registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020,

flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

k) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da provisão para perdas associadas ao risco de crédito registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Ativos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outros passivos”.

l) Outros ativos

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

n) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

p) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Empresa. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer impairment do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado.

q) Passivos

Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

Provisões

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- Passivos Contingentes - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A alíquota da CSLL utilizada no exercício de 2019 foi de 15% conforme legislação em vigor. A Emenda Constitucional n.º 103 publicada em 12 de novembro de 2019 altera a CSLL para 20% com vigência a partir de 01/03/2020, apenas para Bancos. Os créditos tributários com projeção de realização a partir de março de 2020, foram constituídos em dezembro de 2019 conforme Circular n.º 3.171/2002 do Banco Central do Brasil.

s) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n.º 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução n.º 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deva atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas do Conglomerado Prudencial estão constituídos por:

Descrição	2020 Valor	2019 Valor
Saldos no Início do Período	377.283	217.097
Disponibilidades	8.807	8.192
Em moeda Nacional	8.595	7.939
Em moeda Estrangeira	212	253
Aplicações	628.996	369.091
No mercado aberto	628.996	369.091
Total de Caixa e Equivalentes a Caixa	637.803	377.283
Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	260.520	160.186

Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2020 Valor	2019 Valor
Disponível para negociação		
Carteira Própria	13.959	8.695
Títulos de Renda Fixa	12.226	8.528
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	1.733	167
Disponível para a venda		
Carteira Própria	37.152	37.898
Títulos de Renda Fixa	22.663	21.921
Títulos de Renda Fixa - vinculados a recompras	1.097	3.696
Cotas de Fundo de Investimento	13.392	12.281
Vinculados a Prestação de Garantias	178.626	95.764
Títulos Dados em Garantia em Operações em Bolsas	12.403	7.050
Títulos Dados em Garantias - Op. de Cartão ⁽²⁾	166.223	88.714
Vinculados ao Banco Central	11.715	9.879
Títulos disponíveis para venda	11.715	9.879
Total	241.452	152.236

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2020 as quotas de fundos de investimento e os títulos públicos federais estavam registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

⁽²⁾ Referem-se a garantias oferecidas aos Adquirentes para garantir a liquidação das obrigações futuras com estabelecimentos comerciais.

b) Composição por vencimento

Descrição	2020			2019		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil
Carteira Própria	22.294	8.908	18.812	50.014	50.014	42.898
Vinculados a compromissos de recompra	1.097	-	-	1.097	1.097	3.696
Vinculados a Prestação de Garantias	36.904	64.121	77.601	178.626	178.626	95.763
Vinculados ao Banco Central	11.715	-	-	11.715	11.715	9.879
Total	72.010	73.029	96.413	241.452	241.452	152.236

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	3.730	3.501
Rendas/(prejuízo) de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	1.209	282
Rendas/(prejuízo) s/ outras formas de aplicação	(71)	(73)
Posição bancada	6.635	9.755
Em Depósitos Interfinanceiros	-	37
Total	11.503	13.502

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Omni se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteger parte das suas exposições aos riscos de taxas de juros, variação cambial e crédito.

a) Hedge de risco de mercado – operações de DI Futuro

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição ao risco de taxa de juros são contratos futuros da taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

Descrição	2020		2019	
	Valor de principal	Ajustes	Valor de principal	Ajustes
	Posição vendida	Ajuste Diário	Posição vendida	Ajuste Diário
Mercado futuro				
DI	261.447	(24)	480.248	(106)
Mercado futuro	Posição comprada	Ajuste Diário	Posição comprada	Ajuste Diário
DI	-	-	309.394	-

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

b) Hedge Contábil

O ganho ou a perda decorrente da variação do valor justo do objeto do hedge referente à exposição ao risco de taxa de juros é registrado no resultado do período, de forma a se contrapor com a perda ou o ganho registrado dos contratos futuros de DI.

Estratégias/ Risco	2020					Instrumento de Hedge	
	Objeto de Hedge					Derivativo	Posição mercado
	Posição mercado	Saldo Acumulado MtM	Marcação a mercado	Amortização*	Resultado		
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	212.659	16.655	6.652	(13.329)	(6.677)	Futuro DI - Posição Vendida Futuro DI - Posição Comprada	261.447 -

Estratégias/ Risco	2019					Instrumento de Hedge	
	Objeto de Hedge					Derivativo	Posição mercado
	Posição mercado	Saldo Acumulado MtM	Marcação a mercado	Amortização*	Resultado		
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	868.628	26.634	14.065	(7.486)	6.579	Futuro DI - Posição Vendida Futuro DI - Posição Comprada	808.520 368.213

* O valor contabilizado no ativo é amortizado ao resultado pelo método linear a partir da data do seu reconhecimento, levando-se em conta o prazo médio da exposição protegida.

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas nos semestres estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Descrição	Valor	Valor
Prêmios de Opções	-	1.034
Contratos Futuros DI	2.629	(14.070)
Contratos Futuros DOL	-	1
Total de aplicações	2.629	(13.035)

Os contratos futuros de DOL e DI são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas reconhecidas diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

d) Instrumentos financeiros derivativos – Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 12.403 em 2020 (R\$ 7.050 em 2019) – Nota explicativa 5.a.

7 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operações de créditos:

	2020	2019
Tipo de Operação de Crédito	Valor	Valor
Financiamentos - Setor Privado	2.259.319	2.299.876
Empréstimos - Setor Privado	321.303	352.172
Outros Empréstimos - Cartão de Crédito	296.708	203.917
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	16.655	23.332
Outros Financiamentos - Cartão de Crédito	-	11.089
Conta garantida	-	81
Títulos e Créditos a Receber	239.493	246.533
Total da Carteira	3.133.478	3.137.000
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(568.552)	(482.303)
Total Carteira Líquida	2.564.926	2.654.697

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:

	2020	2019
Classificação	Valor	Valor
Comércio	388	972
Serviços	71.715	23.692
Pessoas Físicas	3.059.875	3.062.791
Pessoas Jurídica	338	-
Outros Serviços	1.162	49.545
Total da Carteira	3.133.478	3.137.000

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	2020	2019
	Valor	Valor
Total a Vencer:	2.609.859	2.666.440
Até 3 meses	684.681	700.576
De 4 a 12 meses	975.563	977.501
De 1 a 3 anos	892.700	918.995
De 4 a 5 anos	56.915	69.368
Total Vencidas:	523.619	470.560
Acima de 15 dias	523.619	470.560
Total da Carteira	3.133.478	3.137.000

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

2020						
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	(+/-) Ajuste a Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge ⁽¹⁾	Total da Carteira	% Risco	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
AA	1.204	-	-	1.204	0%	-
A	528.812	90.322	-	619.134	0,5%	(3.096)
B	915.188	119.156	-	1.034.344	1%	(10.343)
C	492.465	22.458	-	514.923	3%	(15.447)
D	288.956	6.050	-	295.006	10%	(29.501)
E	112.886	228	-	113.114	30%	(33.934)
F	84.281	136	-	84.417	50%	(42.209)
G	68.746	117	-	68.863	70%	(48.204)
H	384.791	1.027	-	385.818	100%	(385.818)
Sem classificação	-	-	16.655	16.655	-	-
Total	2.877.329	239.494	16.655	3.133.478		(568.552)

2019						
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	(+/-) Ajuste a Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge ⁽¹⁾	Total da Carteira	% Risco	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
AA	81	-	-	81	0,0%	-
A	638.155	93.238	-	731.393	0,5%	(3.657)
B	999.741	116.540	-	1.116.281	1%	(11.163)
C	489.919	25.047	-	514.966	3%	(15.449)
D	214.578	10.622	-	225.200	10%	(22.520)
E	75.397	107	-	75.504	30%	(22.651)
F	56.631	81	-	56.712	50%	(28.356)
G	49.994	82	-	50.076	70%	(35.053)
H	342.639	816	-	343.455	100%	(343.454)
Sem classificação	-	-	23.332	23.332	-	-
Total	2.867.135	246.533	23.332	3.137.000		(482.303)

⁽¹⁾ O ajuste de valor a mercado no montante de R\$ 16.655 (R\$ 26.634 em 2019) refere-se à operação objeto de Hedge conforme nota explicativa 6.b.

Abaixo segregação das carteiras de crédito adquiridas as quais já estão contempladas no quadro anterior.

2020			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	% Risco	PCLD
H	58.266	100%	(58.266)
Total	58.266		(58.266)

2019			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	% Risco	PCLD
A	10	0,5%	-
B	5	1%	-
C	15	3%	-
D	29	10%	(3)
E	38	30%	(11)
F	45	50%	(23)
G	69	70%	(48)
H	65.602	100%	(65.602)
Total	65.813		(65.687)

e) **Aquisição de carteiras**

Durante o semestre, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificados como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2020		Total adquirido
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	
Valor principal carteira adquirida	21.864	600	22.464
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.864)	(600)	(22.464)
Valor contábil da carteira adquirida	-	-	-
Custo nas aquisições das carteiras	4.112	59	4.171
Montante pago nas aquisições	4.112	59	4.171

Descrição	2019		
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	Total adquirido
Valor principal carteira adquirida	71.968	1.595.152	1.667.120
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(71.855)	(1.595.152)	(1.667.007)
Valor contábil da carteira adquirida	113	-	113
Custo nas aquisições das carteiras	6.754	78.685	85.439
Montante pago nas aquisições	6.754	78.685	85.439

O quadro abaixo demonstra o saldo de custo de aquisição de carteiras e amortização

Descrição	2020	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	-	146.764
(+) Novas aquisições	-	1.994
(-) Realização/amortização	-	(30.884)
Total	-	117.874

Descrição	2019	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	73	129.413
(+) Novas aquisições	-	85.439
(-) Realização/amortização	(73)	(68.088)
Total	-	146.764

f) Resultado das operações de crédito

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Rendas de financiamentos	468.708	414.141
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	206.442	252.448
Rendas de empréstimos	84.460	86.218
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de Hedge	(6.677)	6.579
Resultado de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros ⁽²⁾	(37.190)	(2.016)
Resultado na cessão de operações de crédito	(2.661)	-
Total	713.082	757.370

⁽¹⁾ O resultado dessas recuperações refere-se principalmente ao recebimento das carteiras adquiridas

⁽²⁾ A Pagbem realiza cessões diárias de recebíveis originados por transportadoras e embarcadores, com o objetivo de reduzir o prazo entre a geração do crédito e o recebimento do recurso no caixa da Empresa “prazo friccional”.

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	2019
Saldos no início do semestre	(482.303)	(447.628)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado ⁽¹⁾	(35.078)	(138.346)
(Constituição)/reversão líquida - (A)	(193.598)	(342.430)
(Constituição) Carteiras Adquiridas - não transitada no resultado	(23.447)	(140.360)
Valores baixados para prejuízo	165.874	586.461
Saldos no fim do semestre	(568.552)	(482.303)
Constituição de provisões registradas em outras rubricas	Valor	Valor
(Constituição)/reversão líquida - Omni Arrendamento Mercantil	(2.611)	(1.255)
(Constituição)/reversão líquida - Multibens	-	16.381
(Constituição)/reversão líquida - Omni Securitizadora	-	42
Total - (B)	(2.611)	15.168
Saldo da constituição líquida de reversão transitada no resultado - (A+B)	(196.209)	(327.262)

⁽¹⁾ Em fevereiro de 2019 a Omni adotou a renegociação de carteira de crédito em prejuízo conforme Art.º 8 da Resolução 2682, representando um montante de R\$ 35.078 (R\$ 138.346 em 2019).

As operações originadas em renegociação representaram o montante de R\$ 373.580 (R\$ 993.208 em 2019) do valor contábil da carteira de crédito no semestre.

Foram recuperados no semestre créditos anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R\$ 206.442 (R\$ 229.432 em Jun/2019).

8 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a) Composição da carteira de arrendamento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Arrendamento a receber - setor privado	11.325	12.866
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(10.941)	(12.700)
Veículos e afins	178	158
Máquinas e equipamentos	60.835	63.255
Subtotal	61.013	63.413
Superveniência de depreciação	11.788	10.401
Depreciações acumuladas	(8.792)	(7.758)
Subtotal	2.996	2.643
Arrendamento financeiro	64.009	66.056
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(35.150)	(32.826)
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	29.243	33.396

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

b) Composição da carteira de arrendamento por tipo de cliente e atividade econômica:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Comércio	7.978	8.818
Serviços	8.329	9.472
Pessoas Físicas	5.124	6.280
Indústria	6.369	1.449
Outros	1.443	7.377
Total	29.243	33.396

c) Composição da carteira de arrendamento por vencimento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Vencidos a partir de 15 dias	2.023	645
A vencer até 90 dias	4.943	5.450
A vencer de 3 meses a 1 ano	11.148	12.629
A vencer de 1 a 5 anos	11.129	14.672
	29.243	33.396

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d) Classificação da carteira de arrendamento por níveis de risco:

2020			
Nível de risco	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	9.749	0,5%	49
B	6.433	1,0%	64
C	5.178	3,0%	155
D	2.873	10,0%	287
E	1.972	30,0%	592
F	831	50,0%	416
G	255	70,0%	179
H	1.952	100,0%	1.952
	29.243		3.694

2019			
Nível de risco	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	14.355	0,5%	72
B	8.508	1,0%	85
C	5.154	3,0%	154
D	3.569	10,0%	357
E	384	30,0%	115
F	119	50,0%	60
G	223	70,0%	156
H	1.084	100,0%	1.084
	33.396		2.083

e) **Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de arrendamento mercantil**

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 30 de junho de 2020, estavam assim distribuídos:

	Semestres	
	2020	2019
Saldo Inicial	(2.083)	(1.598)
Renegociação de Contratos	(16)	(2)
Constituição	(2.611)	(891)
Reversão	-	61
Baixados para prejuízo	1.016	347
Saldo final	(3.694)	(2.083)

f) **Resultado de operações de Arrendamento Mercantil**

	2020	2019
Rendas de arrendamento financeiro - recursos internos	3.436	2.831
Rendas de superveniência de arrendamento	1.354	1.535
Lucros na alienação de bens arrendados	1.544	1.633
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	16	431
Despesas de arrendamento mercantil	(3.110)	(2.748)
Total	3.240	3.682

9 Outros ativos

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Custo de aquisição de carteira de créditos ⁽¹⁾	115.880		115.880	146.764
Devedores diversos - país	53.128		53.128	48.745
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾	-	50.992	50.992	49.427
Impostos e contribuições a compensar ⁽³⁾	14.836		14.836	10.260
Rendas a Receber	2.526		2.526	3.036
Despesas antecipadas ⁽⁵⁾	35.310		35.310	32.052
Outros valores e bens ⁽⁴⁾	1.167		1.167	1.070
Total	222.847	50.992	273.839	291.354

⁽¹⁾ Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa 7.e.

⁽²⁾ Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.

⁽³⁾ Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

⁽⁴⁾ Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2020 seus saldos totalizavam R\$ 1.167, líquidos de provisões para desvalorização (R\$ 1.070 em 2019). Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

⁽⁵⁾ As despesas antecipadas referem-se substancialmente a comissão sobre colocação de CDB R\$ 27.506 em 2020 (R\$ 25.131 em 2019).

10 Investimentos

Descrição	2020				Total
	Investidas				
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	Participação Minoritária nas Controladas	
Saldo em 31.12.2019	4.509	2.726	558	-	7.793
Patrimônio líquido da investida	8.037	4.740	14.029	-	26.806
Resultado do exercício da investida	11.026	2.013	-	-	13.039
Distribuição de dividendos	(7.199)	-	-	-	(7.199)
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	0,00%	-
Aumento de capital	-	-	239	-	239
Equivalência patrimonial	9.923	2.013	-	(265)	11.671
Participação Minoritária ajustada no	-	-	-	265	265
Saldo em 30.06.2020	7.233	4.739	797	-	12.769
Descrição	2019				Total
	Investidas				
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	Participação Minoritária nas Controladas	
Saldo em 31.12.2018	19.105	3.396	319	-	22.820
Patrimônio líquido da investida	4.509	2.727	14.029	-	21.265
Resultado do exercício da investida	11.282	(670)	-	-	10.612
Distribuição de dividendos	(24.747)	-	-	-	(24.747)
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	0,00%	-
Aumento de capital	-	-	239	-	239
Equivalência patrimonial	10.151	(670)	-	-	9.481
Saldo em 31.12.2019	4.509	2.726	558	-	7.793

11 Intangível

a) Composição do Intangível

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
	89.243	87.338
Ágio na aquisição de investimento	71.326	71.326
Softwares	17.917	7.763
Softwares em desenvolvimento	-	8.249
Amortizações	(49.147)	(46.725)
Amortizações acumuladas	(49.147)	(46.725)
Total	40.096	40.613

12 Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

a) Composição por vencimento dos depósitos

Descrição	2020							Total	2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
Depósitos à vista	25.073	-	-	-	-	-	-	25.073	29.671
Captação no mercado aberto	-	1.097	-	-	-	-	-	1.097	3.696
Depósitos interfinanceiros	-	-	20.873	-	-	-	-	20.873	1.809
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	-	197.020	414.184	998.921	358.749	236.077	1.256	2.206.207	2.078.425
Recursos de aceites cambiais - Letras de câmbio (LC)	-	15.394	36.752	34.074	2.101	20.741	3.030	112.092	194.828
Letras financeiras Ltel - Lfg	-	-	115.226	-	-	-	-	115.226	-
Letras financeiras subordinadas	-	-	164.508	272.153	-	-	-	436.661	425.061
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	-	-	-	27.096	183.843	210.939	205.439
Empréstimos no exterior ⁽²⁾	-	-	-	100.204	-	-	-	100.204	100.285
Empréstimos no país	-	-	-	1.496	10.193	-	-	11.689	11.890
Relações Interfinanceiras	431	-	-	-	-	-	-	431	-
Contas de pagamento pré - paga	27.394	-	-	-	-	-	-	27.394	10.781
Total	52.898	213.511	751.543	1.406.848	371.043	283.914	188.129	3.267.886	3.061.885

⁽¹⁾ Depósitos a prazo e os recursos de aceites cambiais são atualizados a uma taxa que varia entre 100% a 136% ao ano.

⁽²⁾ Refere-se a captação de recursos junto ao Inter-American Development Bank (BID Invest) em junho de 2019 atualizada a uma taxa de 100% do CDI mais 2,1% ao ano.

b) Despesas com operações de captação do mercado

Descrição	1º sem 2020	1º sem 2019
	Valor	Valor
Recursos de aceites cambiais	(7.340)	(23.872)
Depósitos a prazo	(68.936)	(75.414)
Depósitos interfinanceiros	(385)	-
Despesas de operações compromissadas	(27)	(55)
Despesas com letras financeiras	(11.600)	(4.147)
Outras despesas de captação	(1.461)	(1.399)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(226)	-
Total	(89.975)	(104.887)

13 Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	1º Sem 2020	2019
	Circulante	Total
Imposto de renda e contribuição social	2.276	7.503
Contribuição para o COFINS	15.579	4.046
Impostos e contribuições serviços de terceiros	1.188	1.265
Impostos e contribuições sobre salários	4.138	1.564
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.476	1.311
Programa de Integração Social - PIS	2.594	665
Outros	151	195
Total	27.402	16.549

b) Diversas

Descrição	1º Sem 2020	2019
	Circulante	Total
Credores diversos - países:		
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa ⁽¹⁾	325.856	274.402
Outras obrigações ⁽²⁾	32.248	29.305
Comissões a pagar ⁽³⁾	12.235	11.548
Outras contas a pagar	11.428	12.443
Total	381.767	327.698

⁽¹⁾ Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões "private-label", referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

⁽²⁾ Composto, substancialmente por seguros a repassar no montante de R\$ 4.861 (R\$ 6.401 em 2019), R\$ 9.884 (R\$ 0 em 2019) composto por passivos de arranjo de pagamento, R\$ 7.616 (R\$ 9.626 em 2019) referente a obrigações de folha de pagamento e R\$ 4.065 (R\$ 3.009 em 2019) de operações pendente de liberação.

⁽³⁾ As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

14 Provisões

a) Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões:

Descrição	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2020
Ações fiscais	41.369	406	-	41.775
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	30.051	6.885	(6.618)	30.318
Total	71.420	7.291	(6.618)	72.093

Descrição	2019			
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2019
Ações fiscais	46.957	1.353	(6.941)	41.369
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	33.248	17.794	(20.991)	30.051
Total	80.205	19.147	(27.932)	71.420

⁽¹⁾ Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

b) Detalhamento dos processos judiciais classificados por probabilidade de perda

Perdas	2020						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Obrigações fiscais		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	169	3.425	15	41.955	17.413	26.713	17.597	72.093
Possíveis	-	-	2	246	2	6.900	4	7.146
TOTAL	169	3.425	17	42.201	17.415	33.613	17.601	79.239

Perdas	2019						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Obrigações fiscais		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	144	3.088	25	41.567	17.673	26.765	17.842	71.420
Possíveis	-	-	2	246	2	6.900	4	7.146
TOTAL	144	3.088	27	41.813	17.675	33.665	17.846	78.566

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social, deduzido dos Juros sobre Capital Próprio	(11.246)	(11.246)	17.378	17.378
Adições	467.154	467.154	430.943	430.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	259.783	259.783	173.752	173.752
Provisão para perdas outros valores e bens	109	109	19	19
Provisão para contingências	7.290	7.290	9.788	9.788
Provisões operacionais	4.081	4.081	5.771	5.771
Recuperação de prejuízo fiscal	38.798	38.798	29.710	29.710
Participação em controladas/ligadas	28	28	2.964	2.964
Despesas não dedutíveis	415	415	462	462
Recebimentos carteiras adquiridas	153.519	153.519	199.893	199.893
Outras adições	1.129	1.129	7.182	7.182
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	-	-	-	-
Ágio na Aquisição De Carteiras	2.002	2.002	1.402	1.402
Exclusões	(451.263)	(451.263)	(462.992)	(462.992)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(58.207)	(58.207)	(1.910)	(1.910)
Reversão de provisão para perdas e outros valores e bens	(41)	(41)	(377)	(377)
Reversão de provisões operacionais	(8.378)	(8.378)	(4.871)	(4.871)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(206.442)	(206.442)	(252.448)	(252.448)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(149.235)	(149.235)	(161.033)	(161.033)
Reversão de provisão para contingências	(6.617)	(6.617)	(15.672)	(15.672)
Perda no Recebimento de Crédito	(3.464)	(3.464)	(1.856)	(1.856)
Participação em controladas/ligadas	(11.700)	(11.700)	(21.824)	(21.824)
Outras exclusões	(17)	(17)	(1.466)	(1.466)
Juros S/ Capital Próprio	(5.808)	(5.808)	-	-
Superveniência Depreciação	(1.354)	(1.354)	(1.535)	(1.535)
Lucro real antes da compensação	4.645	4.645	(14.671)	(14.671)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(1.218)	(1.218)	-	-
Lucro real após a compensação	3.427	3.427	(14.671)	(14.671)
Impostos correntes	(1.326)	(951)	-	-
Dedução incentivos fiscais - Rouanet/FUMCAD/PRONOM	-	-	-	-
Dedução incentivos fiscais - PAT	16	-	-	-
Alíquotas de 9%, 15% e 20%	(827)	(951)	-	-
Adicional 10%	(515)	-	-	-
Ativo fiscal diferido	64.119	48.519	12.468	7.481

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	212.651	212.651	25.257	25.257
Adições temporárias:	695.188	695.188	624.640	624.640
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	661.723	661.723	587.602	587.602
Provisão para perdas outros valores e bens	473	473	405	405
Provisão para contingências	27.955	27.955	27.302	27.302
Ajuste MTM - Disponível para venda	304	304	198	198
Demais provisões temporárias	4.733	4.733	9.133	9.133
Total das diferenças temporárias	907.839	907.839	649.897	649.897
Total do crédito tributário	226.960	151.130	162.474	102.394

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Descrição	30/06/2020										
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
%	52,80%	21,11%	6,18%	4,84%	4,87%	4,84%	4,84%	0,50%	0,01%	0,01%	100,00%
IRPJ	121.057	48.951	13.669	10.531	10.536	10.428	10.428	1.307	30	22	226.959
CSLL	78.565	30.850	9.710	7.760	7.871	7.870	7.872	598	21	14	151.131
Valor previsto	<u>199.622</u>	<u>79.801</u>	<u>23.379</u>	<u>18.291</u>	<u>18.407</u>	<u>18.298</u>	<u>18.300</u>	<u>1.905</u>	<u>51</u>	<u>36</u>	<u>378.090</u>
Valor presente	195.229	76.328	21.869	16.733	16.469	16.011	15.661	1.594	42	29	359.965

Em 30 de junho de 2020, os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 378.090 (R\$ 264.868 em 2019) considerando-se a taxa Selic de 2,5% ao ano.

d) Movimentação dos créditos tributários

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2020
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	9.020	86.998	(2.882)	93.136
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	241.033	103.542	(73.048)	271.527
Provisão para perdas outros valores e bens	162	43	(16)	189
Provisão para contingências	10.921	560	(258)	11.223
Ajuste MTM - Disponível para venda	79	556	(513)	122
Demais provisões temporárias	3.653	378	(2.138)	1.893
Total do crédito tributário	264.868	192.077	(78.855)	378.090

A movimentação do crédito tributário constituído/realizado no primeiro semestre de 2020 foi de R\$ 113.222. Desse montante R\$ 43 que corresponde ao "Crédito Tributário sobre Ajuste a Valor de Mercado", contabilizado no patrimônio líquido como "outros resultados abrangentes" e R\$ 541 referente a "Obrigação fiscal diferida sobre Provisão de Superveniência de Depreciação".

Para a constituição do "Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL" foi considerada a transferência do controle societário do Banco Pecúnia S.A (atual - Omni Banco S/A) em 2017, concomitante a Projeção de Lucro Real para os próximos 10 (dez) anos, suficiente para o aproveitamento do Crédito Tributário.

e) Obrigação fiscal diferida

Em 30 de junho de 2020 o saldo patrimonial de ajuste de superveniência de depreciação, resultou na provisão para passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social no

montante de R\$ 4.617 (R\$ 4.075 em 2019), registrados na rubrica de “Obrigações fiscais diferidas”.

16 Transações com partes relacionadas

a) Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria em 2020 foram no montante de R\$ 3.404 (R\$ 2.849 em 2019).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 434.151 (R\$ 443.888 em 2019), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do Certificado de Depósito Bancário - CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

Em julho de 2019 a Multibens Companhia Securitizadora Créditos Financeiros realizou uma Securitização para a Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 300.000 (R\$ 164.088 em 2019) e estão representadas por 211.672.663 (211.672.663 em 2019) ações, sendo 186.862.543 ON (ordinárias) e 24.810.120 PN (preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 30 de março de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R\$ 135.912 correspondente a 211.672.633 (duzentas e onze milhões, seiscentas e setenta e duas mil e seiscentos e trinta e três) ações.

b) Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos no semestre o montante de R\$ 8.757 (R\$ 6.000 em 2019).

Em 07 de fevereiro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados entre o período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2020, no montante de R\$ 2.934 mil.

Em 03 de março de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de março de 2020, no montante de R\$ 1.467 mil.

Em 30 de março de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição dos lucros no valor de R\$ 2.949 mil referentes ao exercício de 2019.

Em 01 de abril de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de março de 2020, no montante de R\$ 1.406 mil.

d) Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

e) Não controlador

A participação de não controladores é representada por 100% do Patrimônio Líquido da Multibens – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e 8% do Patrimônio Líquido da Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda.

18 Outras receitas operacionais

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	Semestres	
	2020	2019
	Valor	Valor
Anuidade cartão de crédito	24.277	18.508
Receita de avaliação e cadastro	10.117	11.053
Comissão sobre compras cartão	17.174	10.709
Intermediação de seguros	10.988	9.175
Serviços de gestão MDR	16.252	12.472
Outras receitas	5.667	3.726
Total	84.475	65.643

b) Outras receitas operacionais

Descrição	Semestres	
	2020	2019
	Valor	Valor
Recuperação de encargos e despesas	7.332	5.277
Atualização de impostos à compensar	388	800
Deságio na aquisição de carteira de créditos	-	71
Reversão de provisão de ações perdas e danos	-	7.388
Receita De Securitização	5.211	4.892
Outras rendas operacionais	3.287	959
Outras rendas de cartão de crédito	9.088	6.038
Total	25.306	25.425

19 Outras despesas operacionais

a) Despesas de pessoal

Descrição	Semestres	
	2020	2019
	Valor	Valor
Remuneração	(22.501)	(10.818)
Encargos	(7.266)	(4.406)
Benefícios	(4.891)	(2.757)
Treinamentos	(364)	(286)
Provisão PPR	(1.197)	(2.679)
Total	(36.219)	(20.946)

b) Despesas com serviços de terceiros

Descrição	Semestres	
	2020	2019
	Valor	Valor
Despesas com comissões ⁽¹⁾	(91.754)	(97.830)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(50.694)	(49.954)
Total	(142.448)	(147.784)

⁽¹⁾ referem-se substancialmente a comissões.

⁽²⁾ referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

c) Outras despesas administrativas

Descrição	Semestres	
	2020	2019
	Valor	Valor
Processamento de dados	(26.420)	(14.723)
Serviços do sistema financeiro	(15.641)	(15.623)
Comunicações	(4.592)	(4.204)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.146)	(3.084)
Promoções e relações públicas	(4.651)	(1.567)
Despesas de aluguéis	(2.809)	(1.725)
Despesa com despachante	(1.161)	(1.356)
Despesas com alienação	(20.171)	(28.545)
Despesas com atendimento	(8.624)	(11.655)
Despesas com materiais expediente	(2.775)	(1.884)
Outros Serviços de terceiros	(4.535)	(6.242)
Outras despesas administrativas	(7.811)	(6.479)
Total	(101.336)	(97.087)

d) Despesas tributárias

Descrição	Semestres	
	2020	2019
	Valor	Valor
Despesa com COFINS	(23.628)	(20.129)
Despesa com ISS	(3.216)	(2.614)
Despesa com PIS	(3.924)	(3.330)
Outras despesas tributárias	(73)	(81)
Total	(30.841)	(26.154)

e) Outras despesas operacionais

Descrição	Semestres	
	2020	2019
	Valor	Valor
Perdas com fraudes	(1.158)	(1.510)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(6.523)	(1.970)
Custo de aquisição de carteiras	(39.371)	(32.731)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(9.777)	(17.790)
Total	(56.829)	(54.001)

⁽¹⁾ Aumento do diferimento foi alavancado pelas aquisições de carteira no ano de 2020 (vide nota 7e).

20 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

a) Demonstrativo de cálculo de índice de Basileia

Descrição	2020	2019
Patrimônio de referência	514.384	412.714
Patrimônio de referência nível I	428.633	387.233
Capital Principal – CP	303.445	269.502
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	125.188	117.731
Patrimônio de referência nível II	85.751	25.482
Letra Financeira Subordinada	85.751	25.482
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	514.384	412.714
Patrimônio de referência (a)	514.384	412.714
RWACpad – crédito	203.817	180.203
RWAMpad – PCam	103.701	86
RWAOpad - operacional	47	89.845
Patrimônio de referência exigido (b)	307.564	270.133
Adicional de Conservação de Capital Principal (c)	48.057	84.417
Margem antes do Rban (a- b - c)	158.763	58.164
Rban - Juros carteira não negociável (d)	13.381	13.874
Margem (a - b - c - d)	145.382	44.290
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (e)	3.844.553	3.376.668
Índice de Basileia (a/e)	13,38%	12,22%

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2019, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

21 Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito.

O Conglomerado Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

- b) Gerenciamento de capital:** a Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Omni é adequada à complexidade de suas operações.
- c) Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Omni.

- d) Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- e) Risco de Liquidez:** a Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e considera os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.
- f) Risco Operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos da Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa (www.omni.com.br) no prazo estabelecido pela Circular nº 3.678/13.

22 Análise de vencimentos ativos e passivos

	Conglomerado Prudencial		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativo	3.037.989	1.156.182	4.194.171
Caixa e equivalentes de caixa	637.803	-	637.803
Instrumentos financeiros	2.257.535	1.132.428	3.389.963
Títulos e valores mobiliários	58.638	182.814	241.452
Relações Interfinanceiras	15.033	-	15.033
Operações de créditos	2.183.864	949.614	3.133.478
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(568.552)	(568.552)
Operações de arrendamento mercantil	18.114	11.129	29.243
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.662)	(1.032)	(3.694)
Créditos tributários	1.768	376.322	378.090
Outros Ativos	86.898	186.941	273.839
Investimentos em participações em Controladas e Coligadas	-	12.769	12.769
Imobilizado de uso	340	10.639	10.979
(-) Depreciações e amortizações	(1.029)	(5.335)	(6.364)
Intangível	50.293	38.950	89.243
(-) Depreciações e amortizações	(11.071)	(38.077)	(49.148)
Passivo	1.427.150	2.767.021	4.194.171
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	1.017.952	2.249.934	3.267.886
Instituições financeiras	20.873	-	20.873
Depósitos	716.914	1.654.949	2.371.863
Relações Interfinanceiras	431	-	431
Dívidas subordinadas	-	210.939	210.939
Letras Financeiras	164.508	272.153	436.661
Letras Financeiras Ltel - Lfg	115.226	-	115.226
Outros passivos instrumentos financeiros	-	111.893	111.893
Provisões	-	72.093	72.093
Contingências	-	72.093	72.093
Outros passivos	405.469	8.317	409.169
Contas a pagar - Operações Cartões	325.856	-	325.856
Fiscais e Previdenciários	27.402	-	27.402
Outros passivos	52.211	3.700	55.911
Obrigações fiscais diferidas	-	4.617	4.617
Resultados de Exercícios Futuros	3.729	-	3.729
Patrimônio líquido	-	436.677	436.677
Capital social	-	300.000	300.000
Reservas de lucros	-	136.348	136.348
Outros resultados abrangentes	-	(171)	(171)
Participação não controlador	-	500	500

23 Outras infirmações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, a Instituição tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros da Instituição;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações da Instituição e provendo todo equipamento tecnológico

e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;

- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
- Flexibilização das férias dos colaboradores;
- Tele trabalho;

Seguindo orientações do Banco Central, a Instituição implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Salienta-se que a Instituição mantém suas atividades sem prejuízo ao desenvolvimento de suas operações, estabelecendo estratégias para manutenção e oferta contínua de soluções financeiras ao mercado.

Por fim, foram adotadas medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

24 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0